

Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul – CEFOR



Airto
Ferronato



Tiago
Albrecht



Gilson
Padeiro



João
Bosco Vaz



Roberto
Robaina



021ª CEFOR 02JUL2024

Pauta: Repercussão no Orçamento Público da Calamidade no Município de Porto Alegre.

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): (10h09min.) Bom dia a todos. Estão abertos os trabalhos da presente reunião da Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul – CEFOR. Registro as presenças ilustres do nosso Secretário Municipal da Fazenda, Rodrigo Sartori Fantinel e do Secretário Adjunto, Jonas Martins Machado; eu vi ali o pessoal da Controladoria do Município, Vanderlei, e outros nossos visitantes; registrar as presenças dos vereadores e vereadoras, a nossa querida Mari Pimentel, Gilson Padeiro, João Bosco Vaz e Tiago Albrecht. Com a presença de todos, vamos dar início a esta reunião de hoje para tratar das questões das nossas medidas tomadas de iniciativa, na maioria esmagadora delas, pelo Executivo e aprovadas aqui na Câmara. Eu estava dizendo, há bem pouco tempo, aqui na Câmara chegaram alguns projetos ou diversos projetos em razão da toda calamidade que tivemos, nós votamos com urgência, a pedido do prefeito, e nós também sabíamos da necessidade dessa urgência. Registro a presença do Ver. Roberto Robaina.

Bom, como nós tivemos diversos projetos aprovados, nada melhor do que hoje aqui nós conversar sobre eles, uma espécie de um relatório que vamos ter sobre as questões, essencialmente das repercussões financeiras, em razão destes projetos todos aprovados, e lamentando, pela primeira vez que temos reunião presencial da Comissão, depois da tragédia, dizer a tristeza que nos abateu em razão do tamanho de tudo que aconteceu aqui em Porto Alegre e no nosso Estado.

Acho que de imediato passamos a palavra ao nosso Secretário para fazer a sua exposição e vou convidar também o pessoal da controladoria, o Vanderlei, meu estimado contador-geral, o primeiro emprego público que eu tive foi na contadoria-geral da União. O Sr. Rodrigo Fantinel está com a palavra.

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: Bom dia, Ver. Ferronato, em seu nome cumprimento todos os vereadores e vereadoras presentes e o pessoal que nos acompanha aqui de forma presencial - acho que está sendo transmitido, uma saudação para quem nos acompanha à distância. Vereador Ferronato, primeiro muito obrigado pelo convite, eu acho que essa sugestão nossa, veio justamente numa das reuniões de acompanhamento que a gente faz do quadrimestre, a CEFOR, e aí obviamente como a gente fez a reunião no mês de maio, não teria como fazer a reunião sem falar de calamidade, porque nós estávamos dentro da calamidade, e aí a sugestão foi de fazer essa reunião específica aqui para gente conseguir enxergar o impacto nas finanças da calamidade do nosso Município. A gente fez uma apresentação bastante breve aqui para trazer alguns números para os senhores e algumas situações, e aí depois a gente fica à disposição para esclarecimentos. Se puder passar aí o primeiro *slide*, por favor. Aqui é um quadro que a gente tem publicado pela SMAMUS, que ele representa aqui a área atingida da mancha e os reflexos disso. Então nós temos cento 160 mil pessoas que foram atingidas pela enchente em Porto Alegre; isso aí dá quase 40 mil edificações, e aí nós estamos falando de imóveis, e 46 mil empresas aproximadamente, e são 46 mil empresas que, como a gente pode ver pelos

números ali, a maior parte delas são prestadoras de serviços, e aí obviamente tem impacto muito forte na nossa arrecadação de ISS, e a gente vai ver isso mais para a frente, mas também a região toda ali é uma região caracterizada por ser um polo industrial aqui em Porto Alegre, e o comércio ele é meio espalhado, mas a região também foi bastante afetada. Então, de um modo geral, a nossa economia foi castigada, vamos dizer assim, por essa enchente.

Pode passar o próximo, por favor. Essa era a situação das nossas finanças pré-calamicidade. Nós tínhamos um orçamento equilibrado, e os números vinham vindo de forma muito equilibrada.

Pode passar o próximo. Aqui vai aparecer o resultado do município nos meses de janeiro a abril de 2024, o primeiro quadrimestre, que foi justamente o que foi apresentado na última CEFOR, do nosso acompanhamento. Então nós tínhamos uma receita e uma despesa praticamente empatadas ali né, a gente tem uma despesa um pouquinho maior que a receita: 1,6%, mas é decorrente de despesas que a gente acaba empenhando no início do ano para todo o ano. Então, em tese, ali a gente tem despesas antecipadas, vamos dizer assim, e, no decorrer do ano, a tendência era justamente o resultado voltar a ser superavitário, como foi nos três primeiros anos de governo.

Pode passar. E aí veio a enchente. Pode passar mais uma. Aí as nossas projeções são essas: de despesas relacionadas à calamidade, tem um aumento de R\$ 385 milhões, até o momento, porque isso aí, a medida em que o tempo vai passando vão aparecendo outras surpresas não tão boas, mas aparecem, e nós temos uma previsão de redução de arrecadação de R\$ 700 milhões. Isso aí é receita própria, mas também transferências que vêm principalmente do Estado, principalmente do ICMS, porque o FPM não foi muito afetado com isso. Isso nos daria um déficit potencial de R\$ 1 bilhão aproximadamente. Então o impacto da calamidade nas finanças da Prefeitura poderia ser de R\$ 1 bilhão, obviamente, se nós não fizéssemos nada, e aí a gente começou a fazer uma série de ações para tentar fazer essas duas barrinhas, a azul e a vermelha, voltarem a convergir aí para uma situação de equilíbrio, embora a gente saiba que é um desafio muito

grande para meio ano, porque, agora, daqui até o final do ano, nós temos meio ano para tentar fazer isso aí convergir.

Pode passar. Essa aqui é a nossa arrecadação de maio, e aí tem três colunas aqui, e os nossos tributos, o que nós prevíamos de arrecadação, o que a gente realizou efetivamente, o que aconteceu na prática, está aí o resultado, que é a diferença das duas, e a variação percentual. Então só no mês de maio, que foi o primeiro mês ali de calamidade, a gente teve uma queda na arrecadação de R\$ R\$ 71,5 milhões. E aí é interessante a gente perceber o seguinte, que, no mês de maio, tanto o ISS quanto o ICMS, ele está arrecadando o imposto gerado em abril. Então, o que acontece em maio? Como tu está recolhendo a competência de abril, tu estás, em tese, recolhendo uma competência normal, de normalidade, e mesmo assim teve queda. Por que teve queda? Porque aqui é uma inadimplência; porque embora a pessoa tenha gerado aquele tributo lá, ela se assusta, porque vê que a casa alagou, a empresa alagou; eu vou pagar isso aqui ou não vou pagar? Não vou pagar, porque eu não sei nem mais se meu negócio vai continuar. Então aqui, basicamente, a gente está diante de uma inadimplência, e aí também, na dívida ativa ali, que, vamos dizer assim, a nossa carteira de parcelamentos, quem está pagando parcelado os tributos, a primeira coisa que faz é parar de pagar. Vou parar de pagar, porque eu não sei até onde vai esse negócio e o que vai acontecer. Então, ali, na dívida ativa, a queda é de 58%, é extremamente significativa. Pode passar. E aí vem o nosso mês de junho, a gente não tem os números totalmente fechados, porque nós ainda estávamos ontem processando os pagamentos que entraram nos últimos dias, mas os números praticamente fechados são esses aqui tá? A gente novamente, no mês de junho, vê uma queda na arrecadação de R\$ 46 milhões. Isso, obviamente, para a cidade de Porto Alegre, somado aos 71 do mês passado, é um buraco, e vamos ter dificuldade aí de repor nos próximos meses. Até eu estava falando antes de começar a reunião: é diferente da pandemia, porque, na pandemia, as pessoas voltavam para trabalhar, e a empresa estava lá, a máquina estava lá, a cadeira estava lá, a mesa estava lá, o computador estava lá; agora, as pessoas voltam para trabalhar, porque baixaram as águas, e não tem mais nada lá. Então,

a tendência é uma recuperação muito mais lenta do que foi na covid. Na covid, depois que se voltou a trabalhar, a gente voltou para um patamar normal, agora a gente vai ter um período de recuperação – a meu ver – mais longo do que foi na covid. Espero estar equivocado, mas todos os indícios nos mostram que isso vai acontecer. Pode passar. Aqui é importante, na dívida ativa que eu botei o asterisco, a gente já tem, no mês de junho, o ingresso de sete milhões e meio do RecuperaPOA que foi aprovado aqui na Câmara, o programa de Refis – Programa de Recuperação Fiscal – que dá desconto para os contribuintes. Então, se nós não tivéssemos feito RecuperaPOA, o número da dívida ativa que a gente conseguiu praticamente estabilizar já nesse mês de junho seria caótico, a gente chegaria numa perda de 32%. E aqui já é um reflexo de uma das ações que a gente está fazendo para tentar voltar para uma situação de equilíbrio. Pode passar. Essas são ações do plano de ação da Fazenda para tentar voltar à normalidade. A primeira ação foi uma suspensão dos pagamentos da dívida pública, então a gente entrou em contato com todos os bancos, solicitando para suspender os pagamentos. O que significa suspender o pagamento? Não é não pagar mais, é só não pagar este ano e botar lá para o final do fluxo mais esses pagamentos. Então, nós vamos pagar juros? Vamos pagar juros, mas a gente conseguiria sobreviver este ano em função da queda de receita. Qual é o retorno que os bancos nos deram? Os bancos nacionais concordaram com isso, e eu estou falando de Banco Brasil, Caixa, Banrisul, BRDE, BNDES e Badesul. Os bancos internacionais não concordaram, e até acho lógica a argumentação deles, porque catástrofe tem em tudo que é canto do mundo, eles abrirem uma exceção para Porto Alegre também vão ter que abrir uma exceção em outros países quando acontecer, e aí a situação pode ficar mais complexa. Mas nós não temos financiamentos com os privados; são só esses que eu citei aqui. Na verdade, é Banco do Brasil, Caixa e Banrisul e bancos de fomento; a gente não tem financiamento com banco privado. Então, ali a economia prevista é de R\$ 112 milhões. Também solicitamos para o Tribunal de Justiça uma suspensão dos pagamentos de precatórios, e o Tribunal de Justiça atendeu à solicitação não só para Porto Alegre, mas para todos os municípios do Rio Grande do Sul

que tiveram estado de calamidade decretado. Isso por seis meses, então a gente teria que voltar a pagar os precatórios em novembro; essa economia dá R\$ 55 milhões. Aprovamos aqui na Câmara o projeto de desvinculação de fundos, ou seja, os recursos que estavam parados nos fundos, a gente desvincula, tira dos fundos e pode utilizar para o enfrentamento da calamidade; só aqui dá R\$ 90 milhões aproximadamente. Estamos contingenciando despesas discricionárias. O que são despesas discricionárias? Aquilo que não é obrigatório; a conta de luz nós temos que pagar, a conta de água nós temos que pagar – a conta de água nem precisa, porque é nossa –, mas, assim, são as despesas opcionais, ou seja, tudo que a Prefeitura ia fazer, ia comprar equipamento, ia fazer e tal, a gente parou com tudo isso, está contingenciado, obviamente, dependendo do caso a gente acaba descontingenciando, mas a ideia aqui é focar em despesas para atender a situação de calamidade, porque o nosso orçamento não comporta continuar fazendo o que nós vínhamos fazendo e mais tratar a calamidade. Cancelamento de restos a pagar, isso aqui é uma ação que ainda está em andamento. A ideia aqui é verificar restos a pagar de despesas que estavam previstas em orçamentos de anos anteriores e não foram concretizadas, e aí cancelar essas despesas. Nós temos um pacote tributário, que eu detalho aqui na próxima lâmina. Pode passar, por favor. Restos a pagar não, a emenda impositiva e o Orçamento Participativo estão fora dessa conta, mesmo dos anos anteriores. O nosso pacote tributário, a primeira questão de imediato, lá na primeira semana de maio, nós publicamos um decreto suspendendo o vencimento da parcela do IPTU de maio para agosto. A gente suspendeu as ações de cobrança também, não faz sentido nenhum nesse momento a gente ficar mandando o contribuinte para Serasa, para protesto e tal, porque os contribuintes já estão com dificuldade de sobreviver, muito pior seria se nós acabássemos adotando esse tipo de postura. Nós prorrogamos a validade das certidões também para o contribuinte não precisar procurar a Prefeitura para renovar essas certidões, por 90 dias. Nós prorrogamos o vencimento do ISS para as empresas, estou falando de ISS para as empresas porque tem ISS dos autônomos também que está num outro pacote que eu vou falar em seguida,

mas para as empresas o ISS que vencia em maio foi prorrogado para julho, o que vencia em junho, para agosto, e o que venceu em julho, para setembro, a gente deu dois meses de postergação para três meses e três competentes. Pode passar. O RecuperaPOA foi aprovado aqui na Câmara, está em andamento e vai até o final de julho, e aí a gente pede para quem puder - vereadores, assessores - nos ajudar na divulgação do RecuperaPOA, porque é importante. É um prazo relativamente curto, e as pessoas têm uma vantagem significativa, se fizerem a quitação dos tributos. E a gente está encaminhando para a Câmara, provavelmente essa semana, ainda um novo projeto de incentivos fiscais para IPTU, Taxa de Coleta de Lixo, ISS-TP, aqui é o ISS dos autônomos, e ITBI em substituição àquele projeto que foi aprovado na Câmara, cujo reflexo é de quase R\$ 800 milhões, e aí não tem a menor condição de se levar adiante dada a situação das finanças. Então a proposta é fazer um projeto que permita que os contribuintes da mancha não paguem IPTU e TCL até o final do ano, os autônomos de ISS que também estão na mancha não paguem até o final do ano. E para ITBI tem um benefício específico ali, nós já tínhamos uma isenção na nossa lei para a primeira aquisição de bônus-moradia. Então o que nós estamos fazendo? Nós estamos abrindo a possibilidade para uma segunda aquisição, quem comprou uma residência na mancha, com o bônus-moradia, e aí perdeu a residência, então nós estamos isentando também do ITBI nessas situações. Pode passar. Aqui as solicitações que a gente fez para o governo federal, o primeiro pedido que a gente fez foi no dia 27 de maio, a gente fez o mesmo ofício tanto para o Presidente Lula quanto para o ministro Pimenta, pedindo a recomposição da receita própria. O que são aqueles R\$ 602 milhões ali? A nossa estimativa de perda nos próximos 12 meses. A gente está pedindo um procedimento semelhante ao que foi feito na covid, a gente estimou nossa perda de receita própria nos próximos 12 meses, deu R\$ 602 milhões. O que já se confirmou disso? Já se confirmou R\$ 71 milhões de perdas em maio e R\$ 43 milhões de perdas em junho. E aí tem uma discussão aqui: "Ah, mas se não perder isso? Porque isso é uma estimativa." Não tem problema, a gente quer só a recomposição do que efetivamente se perder. A gente não quer ganhar

dinheiro, a ideia não é fazer uma estimativa que a Prefeitura peça mais dinheiro do que o necessário, então isso aí está sujeito a ajustes. Pode passar. Esses ofícios são de 27 de maio, e a gente não teve resposta até o momento, e eu tenho dito o seguinte: pior para nós, nesse momento aqui, é a indefinição, não é nem vir a resposta negativa, porque, se vier a resposta negativa, a gente vai buscar outra alternativa, vai buscar financiamento, enfim, vai tentar achar uma outra solução. Não ter a resposta é um problema, por quê? Os bancos estão batendo à nossa porta dizendo: “Eu tenho dinheiro para te emprestar”. Obviamente, a taxa de juros do banco não é a que me interessa, interessa para o banco que a gente pegue esse empréstimo. Vocês imaginem o seguinte: a gente pega o empréstimo com uma taxa de juros cara, e, semana que vem, o Presidente ou o ministro Pimenta diz: “Nós vamos recompor a receita lá de Porto Alegre”. Aí eu peguei o empréstimo a uma taxa de juros cara. Então, a indefinição para nós, neste momento, é muito ruim. Tenho falado isso até em Brasília, quando vou para lá, e tenho falado também com os outros municípios aqui na Famurs, na Granpal, porque para nós o pior cenário é este, é não ter definição. Prefiro que diga que não vai ter ajuda, aí a gente busca uma solução.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: Posso, eu posso fazer isso, só o que acontece: eu não tenho certeza que eu vou receber esse dinheiro para pagar, então eu teria que pegar um financiamento a uma taxa cara, porque nos bancos nacionais a taxa é cara, não é a taxa de banco internacional, que é o que nos interessa. Aí eu pagaria uma taxa hoje de 110% do CDI, que, em tese, é o que eles estão nos emprestando, sem ter uma situação que eu tenha certeza que eu vou poder pagar. Se eu não puder pagar, eu tenho que ficar pagando essa taxa de juros aí ao longo do tempo, para nós é muito caro isso. Obviamente, se nós tivéssemos a recomposição de receita aqui, nós estávamos com o problema resolvido. Nós vamos chegar num ponto, vereadora, que a gente vai ter que decidir: se passar mais um mês, dois meses, eu vou ter que fazer isso. Para ter

uma ideia, Ferronato, é o seguinte: as nossas aplicações, o dinheiro que a Prefeitura tem aplicado, nos pagam 101% do CDI; para nos emprestar dinheiro, é 110% do CDI.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Secretário, me parece que nesta semana, ou na próxima, não sei se vocês estão acompanhando politicamente, o Congresso vai votar espaço no orçamento para ajuda ao Rio Grande do Sul. Vocês têm monitorado isso, existe alguma forma que a gente possa, politicamente, ajudar? Eu sei que o prefeito ia a Brasília, mas, com a vinda de dois ministros importantes, ele preferiu ficar. Como é que está esse acompanhamento da Fazenda e, até mesmo, do Executivo em relação a esse processo? Não sei se eu já posso perguntar agora.

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: Pode ser, não tem problema. A gente tem acompanhado de perto essas discussões, porque refletem diretamente aqui nas finanças, e aí reflete diretamente nas decisões que a gente possa tomar. O prefeito iria para Brasília esta semana e aí decidiu ficar em Porto Alegre. Não era só o prefeito, iriam vários prefeitos para Brasília, e aí a decisão foi ficar em Porto Alegre, já que os ministros viriam para cá, até porque muitos prefeitos estavam com dificuldade de deslocamento para Brasília, sem aeroporto e tal. Então a nossa esperança é esta semana, que essa reunião com os ministros aqui seja mais propositiva, se chegue a alguma conclusão. E, de novo, em relação a esse assunto especificamente, semana passada, o Melo não pôde ir, eu fui representar o Melo na Granpal. Nós estávamos falando com todos os prefeitos, a ideia dos municípios aqui – aí é Porto Alegre, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Canoas, todos os que foram atingidos – não é ganhar dinheiro, ninguém quer ganhar dinheiro. Esse repasse pode ser mensal, pode esperar, fecha o mês, vê quanto faltou, e aí repassa. Mês que vem, faz a mesma coisa, ninguém quer ter vantagem aqui, a gente só quer ter a garantia de que o ordinário a gente tem condições de continuar.

VEREADORA MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Secretário, só aproveitando, como empreendedora também e administradora, a gente entende que para o senhor os 110% do CDI é uma taxa de juros alta. Mas, se a gente trabalhar na perspectiva do empreendedor, vamos lá, a gente está falando que hoje uma megaempresa, lançando um título de dívida num banco, consegue tomar, daqui a pouco, dívida a uma taxa que vocês hoje conseguem. Mas o pequeno empreendedor que não teve acesso ao Pronampe, e a gente sabe que o acesso ao Pronampe, a gente sabe que o acesso a financiamentos públicos é difícil para o pequeno empreendedor e para o cidadão, a gente está falando de um cidadão que toma 3% ao mês, a taxa de juros, se a gente antecipar os recebíveis de cartão de crédito nós vamos estar trabalhando com 2,5%, eu digo isso, porque eu vivo no dia a dia, com a barriga no balcão, e a gente sabe que o banco não vem para negociar muito abaixo disso. Eu acho que seria interessante a gente pensar também como cidade o papel que a gente tem nessa retomada da economia, nesse auxílio, uma vez que o estado está... Eu sou uma liberal, mas a gente entra numa situação de recursos extraordinários e não de despesas recorrentes, mas daqui a pouco a capacidade de endividamento e a capacidade de pegar uma taxa de juros muito menor e muito mais atrativa do que a Mari com a barbearia, o Ferronato com não sei que, daqui a pouco a gente consegue ajudar a trazer esse estímulo e não depende tanto da perspectiva política, que a gente sabe que existe. Em alguns momentos, a gente sabe que existe essa batalha política, mas a gente tem na ponta a população, e a gente sabe que o elo mais frágil é a Prefeitura, que é onde está, lá na frente, a população. Então é um dos questionamentos que eu coloco e pondero aqui: se não é o caso também de repensar nesse sentido, uma vez que, como eu falei, tendo bastante capacidade de conhecer esses números, hoje a gente não vê nenhum empreendedor pequeno, MEI ou médio conseguindo uma taxa mais atrativa do que vocês, como Prefeitura.

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: Eu acho que se a gente for comparar com o privado, obviamente a gente tem uma vantagem, mas nós estamos falando de

recursos só para manter o ordinário da Prefeitura, não é para ajudar ninguém – é só para pagar folha de pagamento, para pagar previdência, para pagar limpeza, para pagar... Isso aqui, nem entramos ainda na questão da reconstrução da cidade, que a gente vai entrar lá na frente, eu tenho outros ofícios aqui para mostrar para vocês.

Esse aqui foi um outro pedido que a gente fez – aqui está errado o número do ofício – para o ministro Lupi, não foi para o Presidente nem para o Pimenta, para que a gente tivesse uma prioridade na análise da compensação previdenciária. O que significa isso? Significa que uma pessoa qualquer que trabalhava na iniciativa privada, ela contribuía durante aquele período para o INSS, e aí ela fez concurso para a Prefeitura e começou a contribuir para o Previmpa lá na Prefeitura; toda essa contribuição que ela fez para o INSS, como ela vai se aposentar no Previmpa, quando ela se aposenta efetivamente, a Prefeitura abre um processo e pede o seguinte: “Olha, eu que vou pagar a aposentadoria dessa pessoa”. Então toda contribuição que ela fez para o INSS, ele tem que depositar na conta do Previmpa. Nós temos, só a Prefeitura de Porto Alegre, 5.200 solicitações para o governo federal que ainda não foram atendidas; isso significam R\$ 215 milhões. O que nós estamos pedindo neste momento? Eles atendem, obviamente, processos do País inteiro, mas nós estamos pedindo que peguem os do Rio Grande do Sul – nós pedimos Porto Alegre, mas obviamente o pedido se estende para o Rio Grande do Sul – e passem na frente dos demais, sabemos que tem um passivo grande de processos para atender, e é um problema, porque a gente tem processo aqui de gente que se aposentou no ano 2000, nós estamos em 2024, ou seja, a gente está esperando há 24 anos que esses processos sejam atendidos. Nós estamos pedindo: “Passem na frente da fila, nos atendam os processos”, não é dinheiro novo, nós estamos pedindo aqui que nos deem um dinheiro que é do Previmpa por direito, nós só estamos pedindo que passem na frente, priorização, e até o momento também não tivemos resposta em relação a esse pedido.

Outra questão que a gente pediu – aqui sim está correto – também para o ministro Carlos Lupi, a suspensão, a possibilidade de suspender o pagamento

da contribuição patronal do Previmpa. Aqui é importante, a gente explicar isso bem; da mesma forma, como a suspensão do pagamento lá da dívida pública, a suspensão da contribuição patronal não significa dar calote no Previmpa ou não pagar o Previmpa. Significa o seguinte: não pagar até o final do ano, essa dívida que a gente está devendo para o Previmpa. A gente já colocou até no projeto de lei que vem para a Câmara, nós a parcelaríamos nos cinco anos seguintes. Isso aí nos daria uma folga de caixa de R\$ 118 milhões. Fizemos também o ofício para o Ministério da Previdência Social, para o ministro Carlos Lupi fazendo essa solicitação, e, até o momento, a gente não teve uma resposta, mas aqui, diferente dos outros, acontecerem alguns movimentos. Esses tempos, saiu esta matéria aqui após uma reunião que foi realizada na Famurs, dizendo o seguinte: “Governo federal libera as prefeituras gaúchas do recolhimento de previdências dos servidores municipais.” Embora o nosso ofício não tenha sido respondido, nós acreditamos que aqui era uma resposta, por via indireta. Aí marquei aqui: “Segundo o ministro Paulo Pimenta, por se tratarem de regimes próprios, caberá aos vereadores discutirem através de lei municipal prazos e juros para honrarem o passivo. Vamos levar ao Tribunal de Contas da União o conhecimento da nossa proposta. Mas havendo aprovação na Câmara Municipal, se afasta qualquer risco de questionamento jurídico — afirma o ministro.” E aí, de imediato, nós mandamos aqui para a Câmara, no momento em que nós tivemos essa autorização, o PLCE nº 010/2024, que tramita aqui nesta Casa – acho que até vai ter uma audiência pública marcada para isso –, para que a gente consiga aqui a aprovação com os senhores vereadores desse projeto para conseguir suspender isso aí. Para a nossa surpresa, esse assunto não é bem assim como está colocado na matéria. O Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul já disse aqui: olha, seria importante que o Ministério da Previdência deixasse isso mais claro. Eles publicaram uma portaria prorrogando o nosso Certificado de Regularidade Previdenciária, mas não falaram explicitamente nesse assunto. Aí o prefeito Melo teve outra reunião com o ministro Paulo Pimenta, entregou esse ofício aqui dia 27 de junho, ou seja, na última quinta-feira, então ele é bem recente, pedindo ao ministro que seja esclarecida essa questão e que realmente

o governo federal enfatize que a intenção é justamente liberar as prefeituras para que mandem projeto para as suas respectivas Câmaras para a gente poder suspender esse pagamento. Aqui eu trouxe alguns dados só para a gente ter conhecimento, para não deixar o discurso solto. Este aqui é o orçamento da União para o ano de 2024, 5 trilhões, 566 bilhões e 284 milhões e aí vai, R\$ 5,5 trilhões. E aí eu fiz numa escala, e está dentro da escala direitinho, está calculado, eu vou mostrar para vocês o tamanho do orçamento da Prefeitura em relação ao orçamento da União. Vocês estão vendo ali? Tem uma listinha lá do lado de Porto Alegre, em vermelho, que não sei nem se dá para ver, R\$ 11 bilhões é o orçamento da Prefeitura, ou seja, o orçamento do município de Porto Alegre é 0,21% do orçamento da União. E aí essa discussão aqui também é importante, a Constituição Federal, art. 21, compete à União “planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações”. Dado todo esse contexto aqui, a capacidade orçamentária da União, a capacidade orçamentária do Município, a obrigação disposta na Constituição Federal, o que nós fizemos? O Ver. Tiago, tira foto aqui e depois eu passo. Nós fizemos um outro ofício, e agora, sim, eu estou falando, Ver.^a Mari, em reconstrução, em auxílio, está? Nós pedimos recursos para o Presidente Lula de R\$ 12,3 bilhões, e aí, sim, nós não estamos falando lá de recomposição do ordinária, não estou falando de pagar folha, de pagar fornecedor, etc., estou falando aqui de efetivamente reconstruir o que foi afetado e construir o sistema de proteção de defesa, que compete à União, mas se nos passar os recursos, obviamente, a gente vai tomar à frente disso para que não voltem a ocorrer enchentes dessa natureza no município de Porto Alegre. Aqui tem o detalhamento do que se pediu: para reconstrução de equipamentos públicos e infraestrutura, R\$ 785 milhões, aproximadamente; para habitação, para as 20 mil pessoas que perderam as casas em Porto Alegre, R\$ 5,5 bilhões; recuperação de sistema de abastecimento de água, esgoto, etc., R\$ 383 milhões; reconstrução de diques, etc., lá na Assis Brasil e na Neugebauer, R\$ 338 milhões. A perda da arrecadação está aqui, de novo, a gente botou de novo, porque reiterou nesse ofício, porque o anterior não tinha sido respondido, R\$ 602

milhões. Obviamente de novo aqui, ninguém quer passar a perna em ninguém, se responderem àquele ofício lá, dá para reduzir, dessa conta de R\$ 12,3 bilhões, R\$ 602 milhões. A expansão da infraestrutura de macrodrenagem, R\$ 4,7 bilhões. Então o total aqui dá R\$ 12,3 bilhões, e não tivemos resposta até o momento.

VEREADORA MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Secretário, vamos lá, sendo bem pragmática. Eu sou vereadora há três anos e meio, entrei na política, não acompanhava o governo anterior, mas nós sabemos que, por exemplo, o sistema de infraestrutura de macrodrenagem de Porto Alegre é responsabilidade do prefeito e da Prefeitura. E nós estamos com esse projeto sentado ou esfriando há três anos e meio, porque a gente sabe que é uma realidade. Se a gente morasse em Gramado, o investimento em macrodrenagem seria diferente e teria outros custos no pacote do saneamento. E o saneamento é competência do município, dado que nós estávamos com uma perspectiva de fazer uma parceria, concessão ou qualquer coisa para ser resolvido a ideia, que Porto Alegre hoje tem uma grande parcela da população sem saneamento, sem acesso à água e o sistema de drenagem já era falho há muito tempo. Então, como eu falo, eu acho que a gente está aqui misturando situações que não deveriam estar sendo misturadas. Aqui é uma gestão do prefeito de não ter feito essas obras e que poderia ter sido contemplado se fizesse a concessão, anteriormente, lá do DMAE, onde existia a perspectiva de o dinheiro entrar para investir em macrodrenagem, ponto. A reconstrução dos equipamentos de infraestrutura pública – eu tomei a liberdade de analisar alguns, e eu não sei quem é que mandou os orçamentos, mas nós vimos números muito altos. E muitos dos itens que estavam sendo feitos para refazer todo um posto de saúde, refazer toda uma escola, a gente sabe que é utopia, a gente pode... Quantas casas estão sendo só arrumadas ou feita manutenção? Então acho que também está um pouco de superestimado. Eu acredito, sim, que investimento em habitação é uma das maiores rubricas, e daí se envolve uma parceria conjunta da União, do Estado e do Município. Mas nós estamos falando aqui que essa

conta chega também numa perspectiva que já se espera ou não, porque ela não é feita de uma maneira de trazer qual é a responsabilidade da Prefeitura, qual que é a responsabilidade também do governo federal. Nós não sabemos, até hoje, como é que a água voltou para Porto Alegre, sendo que no nosso sistema a água não pode voltar, ela deveria ter tampões de vedação, e a gente pagou por esses tampões na gestão anterior, que eu não estava na política, mas o senhor estava. Então a gente nem auditou ainda e nem sabe o que aconteceu, porque a água voltou pelos bueiros e continua a voltar. Então, eu acredito que nós temos grandes desafios na cidade, mas colocar tudo no governo federal, e eu não sou nada a favor do governo federal, mas a gente trazer a nossa mea-culpa e começar a fazer, aqui a gente entra numa cidade que tem uma capacidade mais de endividamento, na casa dos R\$ 3 bilhões, pela nossa finanças públicas, ou a gente poderia estar investindo ainda mais 3 bilhões sem comprometer a situação financeira para os próximos prefeitos, se for feita uma dívida não criando despesas fixas, mas sim de despesas extraordinárias, e na parte de Capex e não na parte de custeio. Dado isso, me parece que a gente também tem que trazer e começar a fazer sem contar só com o governo federal ou com a narrativa política de que é tudo culpa do governo federal. Por que eu falo isso? Porque nós, vereadores, estamos lá na ponta. E a população pergunta: “Mari, se chover de novo, o que é que vai acontecer?” Eu não posso dizer que a gente está esperando o governo federal mandar dinheiro, entendeu? Daí ninguém vai se reeleger vereador, se eu começar a falar isso para a população. Quando começarem a perguntar como é que vão se resolver os problemas de cidade é só falar no governo federal e daqui a pouco eles vão estar elegendo a Maria do Rosário, que é alinhada com o governo federal – e não é esse tipo de resposta que eu preciso dar para a população. Então, acho que a gente precisa começar a movimentar onde a gente para pela nossa capacidade de endividamento e onde a gente pode assumir também o protagonismo e responsabilidade, como cidade, como Prefeitura, dadas as condições do nosso orçamento que estão salutares, e parabéns por esses três anos de gestão que deixaram as contas no verde, não fizeram como governos anteriores que

deixaram no vermelho, mas dado também que a gente vive uma situação extraordinária, e sei que isso depende também de decisões políticas, não do senhor, mas é a minha consideração, como cidadã de Porto Alegre e principalmente como vereadora, que ainda estima em dar respostas para a população que está sofrendo lá na ponta.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Bom dia a todos. Vou fazer um contraponto aqui na fala da minha amiga Ver.^a Mari. Pelo que eu estou entendendo, Ver.^a Mari, o governo não está colocando a culpa no governo federal. É que tudo o que nós arrecadamos aqui, que os municípios arrecadam, o estado, a maior parte vai para onde? Para Brasília. O que o governo de Porto Alegre está fazendo – e os governos dos outros quatrocentos e tantos municípios do Rio Grande do Sul – é pedir ajuda ao governo federal, frente a essa situação que a gente vivenciou. Pedir, Ver. Tiago, solicitar, trazer o governo federal para ser parceiro, independente de quem for o governo federal, faz parte. Faz parte. Faz parte exatamente porque o dinheiro está lá. O dinheiro está lá. Então essa é uma situação. Agora, se há mais de meses eles não responderam a um ofício lá de trás, secretário, eu acho que a Prefeitura de Porto Alegre e as outras prefeituras todas, talvez com exceção de algumas prefeituras do PT, vão ter que arrumar outra alternativa para esse ambiente. Não se está colocando a culpa no governo federal, embora na Constituição Federal esteja lá que quem tem que trabalhar nessa questão das cheias, nas catástrofes é o governo federal. Está na Constituição, está no papel. O que nos interessa é a prática. E eu vou encerrar dizendo o que eu já disse várias vezes: se o Barack Obama fosse o prefeito, se qualquer um, se tu fosses o prefeito, se eu fosse o prefeito iam acontecer as cheias igual. Então, não dá para querer botar no colo de uma pessoa só! Não dá para querer botar no colo de uma pessoa só! Houve erros? Provavelmente sim. Provavelmente sim. E o próprio prefeito Melo já declarou isso: “Olha, eu investi nas bombas, não investi nos portões.” Ele não está fugindo disso, ele está fazendo *mea culpa*, que outros não fazem. Agora, o que não dá

é para fazer política em cima, porque qualquer um que estivesse lá, meu amigo Tiago, a tragédia seria igual. Muito obrigado.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Obrigado, Presidente Ferronato. É importante que esta reunião – secretário, colegas vereadores – é transmitida ao vivo na TV aberta para que a população possa ter transparência total. Porque isso aqui não sai na grande imprensa, quer dizer, vocês enviaram diversos ofícios e nem resposta obtiveram. E aqui eu não estou falando que é governo do MDB, eu estou falando da Prefeitura, da leal e valerosa cidade de Porto Alegre. Eu estava achando, no começo, que era o impacto das tragédias, todo mundo está citando. Depois, eu achei que era incompetência petista; agora, eu já começo achar que é uma má-fé, agora já me parece ser de propósito porque não responder nenhum dos ofícios encaminhados, o prefeito entregou nas mãos do Presidente da República! Nem...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Mari, respeita, você está visitando a sessão hoje, não atrapalhe o trabalho, por favor.

Ela está atrapalhando, eu a ouvi atentamente. Ela pode e deve participar, é super bem-vinda, mas tu estás me atrapalhando, vereadora. Eu te escutei atentamente, a senhora quer dar o *showzinho*, já fez o corte, agora espera um pouquinho.

Nós temos uma resposta a nenhum dos ofícios, estão aí os projetos. Inclusive, se você entrar, ao contrário do que a vereadora fala, no *site* RecuperaPOA tem os projetos: “x” milhões para uma escola, “x” milhões para outra, “x” milhões para outra. Então eu já começo achar que é má-fé do governo federal, que eles estão com alguma intenção ou de derrubar o atual prefeito para eleger a Maria do Rosário ou para o pessoal da esquerda poder capitalizar em cima disso, Ver. Ferronato. Porque eu não entendo, Ver. Bosco, o senhor está com seis, sete mandatos, eu estou com o primeiro e talvez último. Quer dizer, eu não consigo...

Eu também não sei o que vai acontecer para a frente, e pode ser o meu primeiro e último. Mas a colega Mari falou uma coisa interessante. Ver.^a Mariana, que a senhora é empreendedora e, na sua empresa, a senhora fica parada. Ao contrário da iniciativa privada, o poder público só pode fazer o que a lei deixa. Então eu não posso simplesmente sair emprestando dinheiro a Deus dará, por que depois – e primeiro – de novo, o ente público só pode fazer o que a lei diz; o ente privado faz tudo que ela não proíbe. Então eu não posso sair a Deus dará emprestando, emprestando: depois eu dou um jeito. Não, as pessoas podem ser presas pela responsabilidade fiscal. Eu acredito que está na hora de subir à fervura, lamento que o prefeito não pôde ir a Brasília, tomou essa decisão, eu o entendo. E essa é a minha crítica ao Melo, aliás, uma crítica política, ele tem que elevar à fervura, o Leite também. Essa história de “Ah, porque democracia, porque o Bolsonaro era isso ou aquilo”, tem que subir à fervura. Passou, amigão, os caras não estão nem te respondendo. Eu lamento muito, de novo, reitero aqui o canal aberto para o pagador de impostos de Porto Alegre. E parece que o governo federal está de má-fé, todos vimos que nem resposta estão dando. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): Muito bom. O Sr. Rodrigo Fantinel está com a palavra.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Eu vou fazer uma consideração antes do secretário e até já colocando essa questão da fala bastante. Eu só gostaria que se o secretário pudesse dizer quais... Abrir os projetos de cada um desses... Igual ao que eu nem falei, eu vi o *site* que o senhor o Ver. Tiago comenta, mas eu conheço as instituições e tenho um pouco de noção do dinheiro, e acho que não é aquilo lá que bate, e tu não achas nenhuma informação realmente com um material de trabalho de quanto que realmente é o orçamento. Tu vê, por exemplo, como a reconstrução da Escola Liberato, sendo orçada em R\$ 8 milhões, a reconstrução da Liberato. Eu fui lá na Liberato, eu vou lá e tem vários outros locais. O posto de saúde...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADORA MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Sim, mas a estimativa de valores está em R\$ 8 milhões. É isso que eu quero falar. Nós chegamos numa rubrica de R\$ 784 milhões que eu gostaria de ver a abertura desses dados. A gente chega num sistema de expansão da infraestrutura de macrodrenagem que até hoje Porto Alegre não tem os dados de quanto é que custa de verdade. A gente já pagou os relatórios e até hoje não teve essa transparência. Parece que também as narrativas ficam boas diante da falta de transparência que a gente tem. Então, se agora o secretário puder mostrar todas essas aberturas que ele mandou para o governo federal, para que a gente consiga daí criticar o governo federal e falar: “Olha, aqui está rubrica por rubrica, o projeto aqui, tudo bonitinho, e o governo federal não está mandando dinheiro.” Gente, eu vou para Brasília também e durmo lá, mas desculpe, a gente também não pode ficar só passando pano, a gente tem que baixar a cabeça e trabalhar. E me parece que, de vez em quando, a gente só fica na política, e é isso que eu reclamo.

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: Algumas considerações que são relevantes, Ver.^a Mari. A primeira questão que tem que ser analisada é capacidade de pagamento, não de endividamento. Não adianta eu pegar o empréstimo que eu tenho capacidade de me endividar se eu não consigo pagar o empréstimo. E naquele primeiro *slide* fica explícita a situação da Prefeitura; a gente não dispõe de uma capacidade de pagamento. De endividamento a gente dispõe, a senhora está certa, mas pagamento é mais importante que endividamento. Não posso pegar um empréstimo e dar calote no banco. Então, essa é a primeira questão. Segunda, a senhora foi presidente da CEFOR até o ano passado, conhece o nosso orçamento. Qual é o investimento que a senhora sugere que a gente pare para fazer isso aqui?

VEREADORA MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Nós temos quase R\$ 300 milhões na rubrica ali para expansão de asfalto. A gente sabe que o asfalto, por exemplo, lá do Morro da Cruz, foi com a água. A gente tem todo dia dinheiro colocado em asfalto, e asfalto sem infraestrutura. Foram R\$ 200 milhões investidos.

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: A senhora acha então que nós temos que parar a manutenção da cidade...

VEREADORA MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Não, não é manutenção. A gente sabe que está sendo feito um asfalto precário e só para garantir votos algumas vezes.

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: A senhora sabe disso?

VEREADORA MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Sim, eu vou também nas comunidades, a gente...

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Presidente, questão de ordem: ela está com narrativas, ela está atrapalhando os trabalhos, ela quer um debate.

VEREADORA MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Perguntar...

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Não, a senhora quer fazer um debate com o secretário.

VEREADORA MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Vereador, eu fui questionada pelo secretário, eu falei que eu sabia a rubrica, porque eu sei de cor a rubrica da cidade.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): A senhora acabou de dizer: "...de fazer votos". Isso é narrativa, vereadora.

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): Está bem, o secretário está com a palavra.

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: Eu já vou dar andamento à apresentação, mas só acho que algumas coisas têm que ser ditas aqui. Outra questão: tudo o que está lá no *site* Reconstrói POA tem uma estimativa de custo, porque a gente quer dizer para as pessoas que vão adotar aquilo ali: "Olha, tu vais gastar mais ou menos aquilo ali." Se nós pegarmos essa escola que a senhora citou e a Gerdau gastar metade disso, ótimo. Mas eu não posso dizer para ele: "Tu vais gastar só dois e ele vai lá fazer a obra e gastar oito." Não dá! Porque ele faz a conta para ver se ele pode pegar aquele investimento ou não. É assim que funciona a iniciativa privada. Custa dinheiro. Pois é, então a gente tem que botar um valor lá, que é uma estimativa, para que a empresa decida se ela pode ou não pode assumir aquele custo. E se ela fizer mais barato, nós vamos achar ótimo, nós não vamos ganhar, nós não vamos ficar com esse dinheiro para nós. A obra é da empresa. O que a empresa conseguir de economia, maravilhoso! Maravilhoso! E tomara que consiga. A gente torce, a gente precisa da escola reformada. Nós não estamos discutindo valor. E todos esses projetos aqui estão lá no *site*, entra lá. E se a senhora quiser mais detalhado, faz um pedido de informação. A gente atende a todos os pedidos de informação que nos encaminham.

VEREADORA MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Desculpe, a gente está com a LAI suspensa há dois meses. Eu fiz solicitações de pedidos de informação...

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: Pedidos de informação via Presidente da Câmara, que eu recebo todo dia lá. Todos os dias eu respondo isso.

VEREADORA MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Mas os meus não são respondidos, e tem situações que eu poderia até estar aumentando o tom com o prefeito. Nunca aumentei, e espero que seja respondo.

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: Mas faça esse pedido para a Secretaria da Fazenda, então que eu lhe respondo.

VEREADORA MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Vou lhe mandar. Obrigada.

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: Em relação a essa questão, é importante isso, a gente esclarecer que aqui, de novo: se nós tivéssemos capacidade de realizar tudo isso aqui, nós estaríamos realizando. A gente tem um orçamento de R\$ 11 bilhões. Como é que vai fazer para pagar isso aqui? Se a gente desligar a Prefeitura por um ano inteiro, não pagar salário, não pagar nada, a gente não consegue pagar isso aqui. Então, a gente tem que ser realista, a gente tem que ser realista, olhar para os números e ver o que dá e o que não dá. Vocês podem pegar empréstimos, sim, gente, mas se não posso pagar, então não posso pagar. Se eu te perguntar, Tiago. Tu podes pegar um empréstimo no banco de R\$ 2 milhões? Acho que não vai ter dinheiro para pagar os R\$ 2 milhões. Não sei, daqui a pouco tem, mas assim... Então, é essa a questão, aqui os números são maiores, mas é óbvio que se a gente não consegue pagar o empréstimo, eu não posso pagar. Não posso ir no banco pedir R\$ 5 milhões emprestados, porque eu não vou conseguir pagar.

VEREADORA MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Só para deixar... Eu falei de R\$ 3 bilhões, eu não falei de R\$ 12 bilhões.

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: Mas 3 bilhões?

VEREADORA MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Sim.

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: Quanto é que dá de parcela isso? A senhora viu o primeiro gráfico lá, tinha aquele R\$ 1 bilhão de déficit previsto.

VEREADORA MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Sim, e a gente achou, até agora, R\$ 100 milhões de déficit, de redução, de arrecadação. Onde é que estão os outros R\$ 500 milhões?

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: Os outros R\$ 500 milhões? Eu posso voltar lá para o início, mas a gente falou que estamos projetando 12 meses. Agora nós estamos botando R\$ 700 milhões lá na frente.

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): Vamos levar para frente, levar para frente.

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: Quando a gente fala naqueles R\$ 700 milhões lá, além da queda da receita, tem a queda de repasse do ICMS, tem o projeto de concessão de benefícios fiscais que vai vir para a Câmara, que custa R\$ 178 milhões. Só somar, a gente pode somar, não tem dificuldade nenhuma de mostrar, nenhuma dificuldade, está tudo à disposição. Só a senhora pedir, se quiser que eu venha numa outra CEFOR, que abra todos esses números, a gente pode abrir, não tem nenhum número inventado aqui, a gente vem aqui com uma tranquilidade absurda para mostrar isso aqui, qualquer número, qualquer número. Abre esse aqui, a gente vem aqui e abre. Obviamente, eu não trouxe os projetos dos 784, mas posso trazer, não tem problema nenhum.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Se V. Sa. me permite, Presidente, que fique registrado que o secretário não quis fazer *online*, ele quis vir presencial. A gente chegou a dizer e ele disse: “Não, vamos fazer presencial.”

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): A reunião estava marcada *online*. Então, meus parabéns.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Críticas temos, eu tenho as minhas ainda a fazer, inclusive...

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: Pessoal, eu acho que crítica é parte do processo, mas obviamente a gente está à disposição para abrir qualquer número, ninguém está inventando número para botar em PowerPoint. Entendeu? Ninguém está inventando isso, eu não faço isso.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: Não, está bem, eu só estou dizendo, só estou dizendo que ninguém está inventando, a gente tem facilidade para abrir qualquer número aqui e discutir com os senhores. A gente tem aqui o que já recebemos de receitas da calamidade, o que a gente tem de despesas também, não ocorreram todas ainda, mas as despesas estimadas para a calamidade. Aí está aberto o que veio da União, o que veio dos estados, e o que veio nas doações do nosso Pix, que a gente abriu. Então, a gente recebeu R\$ 114,52 milhões. Não veio dinheiro da União? Veio, só que veio muito menos do que o necessário.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: Não, está bom, mas, assim, agora vem a outra coluna, que é a da despesa. Essa é a despesa até o dia 28, até semana passada, porque isso aqui muda toda hora, e as coisas vão acontecendo. Esses R\$ 382 milhões que nós temos, também, um quadro com todas elas abertas, uma por uma, nós temos R\$ 212 milhões que já estão empenhados. Desses R\$ 212 milhões que já estão empenhados, só foram pagos, até agora, R\$ 13

milhões. Por que só foi pago R\$ 13 milhões, até agora? Porque o processo é: o pessoal, vai lá, enche o caminhão de lixo, tem que fazer a medição, tem que mandar a nota fiscal, tem que mandar a documentação. E aí é que nós vamos pagar. Então, assim, o pagamento vai se dar ao longo do ano. A gente tem R\$ 382 milhões, menos R\$ 13 milhões, vamos lá, a gente tem R\$ 370 milhões para pagar este ano. E é por isso que a gente não sai pegando empréstimo a taxas altas, porque a gente tem que pagar isso aqui, eu tenho que pagar todos os caminhões que a gente está contratando, tem que pagar todas as retroscavadeiras que a gente está contratando, e custa R\$ 382 milhões toda essa despesa.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: Bosco, a gente não acha mais máquinas, a gente não acha máquinas e operadores para trabalhar. Tem em Canoas, São Leopoldo, Novo Hamburgo, tem bastante gente. Enfim, esse aqui é o balanço das receitas que a gente recebeu do Estado, da União e de doações; e as despesas previstas para calamidade; e aí mostra o desequilíbrio. Além desse desequilíbrio, a gente sabe que temos que ajudar também os empreendedores e há os projetos vindo para cá que custam R\$ 178 milhões – que são outros R\$ 178 milhões. Por que nós estamos conseguindo fazer tudo isso até agora e não nos afogamos ainda? Afogamos não é bom termo. Não tivemos dificuldades maiores, até o momento, porque nós temos as finanças equilibradas, senão, já tinha parado a cidade, senão, nós não estávamos contratando caminhão nenhum, senão, o lixo estava na rua. Tudo está sendo feito com extrema responsabilidade, e a gente não tem medo nenhum de transparência. Qualquer número que vocês queiram abrir, entender melhor e tal, a gente fica totalmente à disposição. E acho que é melhor sempre o presencial do que o virtual, porque, no virtual, se fala, fecha a câmera, pega o WhatsApp, aqui pelo menos a gente está debatendo tudo às claras e fica tudo demonstrado. Acho que é a última. Não sei se tem mais alguma. Então, é isso, Ver. Aírto Ferronato, a gente fica à

disposição, sempre que necessário a gente está à disposição, e contem conosco. Nós precisamos da Câmara também para enfrentar todo esse problema. Tem o projeto do escritório, que está aqui com os senhores, que também é uma ação importante e já demonstra uma sinalização clara do que a Prefeitura pretende fazer para enfrentar toda essa questão. A gente tem dois financiamentos internacionais que foram aprovados agora na Cofix, da Secretaria do Tesouro Nacional, para drenagem, para macrodrenagem, que é a Prefeitura que está pegando, que é a Prefeitura que vai pagar. Não é a União que vai pagar. São milhões que estão aprovados lá, que já estava em andamento e agora a gente só conseguiu dar mais velocidade, dada a calamidade. Obviamente se fará muita coisa e vai se fazer muita coisa, não tem como não fazer. Se algum gestor público que foi afetado resolver não fazer nada e ficar esperando a União, aí pede para ir embora. Mas não é o que nós estamos fazendo. A gente já mandou para cá um pacote gigantesco de projetos – e que bom que vocês aprovaram rapidamente –, tem outros que estão tramitando, e a gente espera aprovação rápida, para que, realmente, a gente consiga, além de fazer aquelas duas barrinhas lá convergirem para um equilíbrio, a gente consiga atender melhor a cidade e fazer todo o possível para que não volte a ocorrer um evento dessa natureza. Muito obrigado.

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): Muito bom, caríssimo secretário e Vanderlei.

VEREADORA MARI PIMENTEL (REPUBLICANOS): Quero fazer um último questionamento, aproveitar que o Vanderlei está aqui em nome da Controladoria. A gente viu que, nos últimos dias, o Ministério Público acionou a justiça solicitando que o novo sistema da Prefeitura passe agora pelo fluxo da Controladoria, porque não estava passando desde a sua implementação. Vocês têm uma meta de, em 15 dias, isso estar acontecendo, senão, a gente tem suspensão dos pagamentos também da Prefeitura. Como está sendo adaptado

isso, qual a perspectiva e por que a gente acabou não incluindo a Controladoria nesse sistema desde o início?

SR. VANDERLEI DE SOUZA: Só uma correção. Eu sou da Contadoria-Geral do Município; não da Controladoria. Eu faço parte da Secretaria da Fazenda, e a Controladoria é uma outra área de controle interno e que está sob a guarda da Secretarias de Transparência e Controladoria. Sobre essa situação o secretário pode falar.

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: É o seguinte, vereadora, a gente implantou um sistema de gestão fiscal, que é o mesmo sistema que é usado em cinco estados e outras seis capitais. Eu e o Jonas, nós conversamos com a promotora desse caso, e ela queria o seguinte, o que ela está pedindo basicamente: que todo pagamento que a Prefeitura faça, todos pagamentos, independente de valor, seja analisado antes pela Controladoria. Aí a gente disse para ela que não existe, em lugar nenhum do mundo, o controle interno dessa forma. Inclusive a gente estava sentado com auditores do Tribunal de Contas, que me disseram: “Fantinel, chama-me lá que eu falo com ela, e eu explico como é que funciona.” Como é que funciona o controle interno? É com auditoria; a gente pega uma amostra, pega os casos mais problemáticos: “Olha, esses casos aqui, necessariamente, têm que passarem pela controladoria.” E a gente sabe até qual é o contrato que dá mais tipo de problema lá na Prefeitura, que é o de terceirização de mão de obra; então, a gente colocou de forma bem explícita para ela que não faz sentido e é um custo absurdo eu pegar uma conta de luz, que não tem nenhum controle para fazer, é só pagar, passar por um auditor de controle interno para ele dizer se aquilo ali está certo ou não, que é o que se fazia até o momento. No passado a controladoria olhou 55 mil processos; a controladoria, não a contadoria – a controladoria; dos 55 mil processos, ela achou inconsistência em 4 mil, significa o seguinte: tínhamos 51 mil processos que foram analisados por auditores, que custam caro, e eles não acharam inconsistência nenhuma. Aí, os 4 mil... Os 4 mil, é justamente o que a gente quer

pegar por amostragem. Então, assim, o próprio Tribunal de Contas sugere isso, e quando a gente em mandou lá a defesa para o Ministério Público, a gente juntou as resoluções do Tribunal de Contas, a gente juntou o Power Point do Tribunal de Contas, dizendo como é que funciona o controle interno, mas a promotora resolveu entrar na justiça e tal; agora saiu essa liminar. Obviamente a Prefeitura vai se defender; vamos deixar a justiça decidir. Agora a gente deixou muito explícito para Dra. Roberta – é a Dra. Roberta? Não? “A senhora me diga qual é o outro local que funciona dessa forma?” Sabe quantos municípios no Rio Grande do Sul trocaram de sistema no final do ano? Noventa e sete; 97 dos 497. Sabe quantos estão respondendo processo no Ministério Público? Só Porto Alegre. E eu perguntei para ela: e para os outros 97, a senhora fez esse questionamento; 96, isso para fechar os 97? E não; então, assim, vamos responder, vamos defender; obviamente, se a justiça definir que todos os processos têm que passar pela mão do auditor de controle interno, antes de pagamento, vai sair caro, é mais imposto que a gente tem que cobrar da sociedade, e vamos fazer. Agora, que é um trabalho inútil, eu não tenho dúvida nenhuma que é um trabalho inútil.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Posso até dar um outro exemplo, secretário – fui secretário, o Ferrinho foi também – a controladoria funciona da seguinte maneira: liga para secretaria na véspera, “preparem uma sala especial que a controladoria amanhã estará aí.” Aí a controladoria chega lá, senta, chama o secretário e assim: “Me traz o processo tal, me traz o processo, me traz esse processo.” E eles esmiúçam aquilo ali, e se tu não tens... E se tem inconsistência ou o secretário não tem como explicar, para juntar os documentos, coisa e tal, apontamento! É isso aí, funciona assim.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Vou fazer a minha fala final, agradecendo novamente a presença do secretário da Fazenda. Eu disse que eu tinha minhas críticas, secretário, e uma delas é que a resposta que a Prefeitura deu – o senhor responde aos políticos, apesar de estar num cargo político – foi

muito tímida, lá no começo da sua análise. O senhor mostrava suspensão aqui, suspensão ali, mas dinheiro mesmo, perdão de dívidas para quem estava embaixo da água e da lama, acho que a Prefeitura não teve essa sensibilidade. Mas nós, do partido Novo, protocolamos duas emendas aqui na Casa, aprovamos essas emendas – isso aí fez a Prefeitura pensar um pouco melhor, parece que vem esse projeto, o senhor falou, de perdão até fim do ano. Não é o ideal, nós precisaríamos de um fôlego até 26, mas a gente entende o posicionamento político do prefeito Melo, de que ele acha que não pode dar mais do que o termo dele, ou ele não quer dar mais, aí teria uma discussão legal, é verdade, mas fico feliz que, graças ao partido Novo, a Prefeitura repensou isso; agora, vem esse projeto que, se não é o ideal, é o viável, quer dizer, vai dar um bom alívio. Então essa é uma das críticas. Eu teria outras críticas: acho que o prefeito demorou muito; enquanto a água ainda estava alta, poderia ter ido atrás de maquinário fora do Estado, poderia ter feito contratações, mas aí também são outras secretarias na transversalidade do Executivo municipal, não passa muito por V. Sa., a gente entende isso também. Mas, na outra ponta, a gente precisa entender, por exemplo, foi dito sobre a questão das bombas – eu até tinha esquecido quando a colega estava ali, precisou sair –, as estimativas dos técnicos, Ferronato, são de que entraram, em Porto Alegre, em 24 horas, 680 metros cúbicos de água por segundo, isso são 680 mil litros por segundo. Todas as casas de bombas somadas conseguiriam tirar por segundo 180 e poucos metros cúbicos. Então, mesmo que todas as casas de bombas... E eu não estou nem falando que o projeto está errado, falou sobre a água voltar, tampão. O Jacuí, por exemplo, ali no portão 14, a correnteza do Jacuí entrou direto, imaginem a pressão que teve aquele portão. Quer dizer, não foi que estava chumbado ou que não estava chumbado. A única vez que foi testado esse sistema, secretário, infelizmente, foi agora, de uma maneira brutal. Repito: 500 metros cúbicos de déficit. Você olha a mancha de cima, tem a água mais escura do Gravataí; tem a água mais barrenta do Jacuí; um pouco do Guaíba, que entrou aqui embaixo, na Zona Sul. Quer dizer, foi uma catástrofe. Acho que a gente precisa cobrar os entes da maneira que precisam ser cobrados – federal,

estadual e municipal. Eu, particularmente... A gente tem tentado não fazer retórica política de ataque disso e daquilo, de que não querem, de “cadê o projeto?”. Vamos cobrar, vamos cobrar na medida do que vai acontecendo. Então tenho as minhas críticas, já pontuei elas aqui. Repito, a Câmara agiu, e agora a Prefeitura, ainda bem que, junto com a sua base – nós não somos base, somos independentes –, está enviando esse projeto, que não é o ideal, mas é o viável, a política é a arte do possível, entendemos isso; mas, na outra ponta, também a gente entende dessa catástrofe. Repito que se todas as casas de bombas, que, aliás, conversando com os engenheiros, a gente vê que as casas de bombas não são para resposta a inundações, a enchente de água de rio; elas são para tirar água da cidade e jogar para fora. Inclusive, tem deputado federal de esquerda espalhando *fake news* a respeito da Fraport – isso é muito triste, aliás –, mas, quando a gente chama para debater, não debatem; quer dizer, é só pela narrativa, é só para passar pano para o Lula e tentar desgastar a imagem do prefeito. Enfim, fica esse meu último registro de que cobraremos o que for cobrado, elogiaremos o que for feito, apoiaremos o que for preciso apoiar, secretário, secretário adjunto, e fazemos as críticas, Bosco; é difícil, é ano eleitoral, está todo mundo querendo se reeleger, então o discurso...

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): O único que pode criticar sou eu, que não sou candidato.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Está bom, Presidente, obrigado. Obrigado, secretário; obrigado a todos que nos assistiram.

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): Secretário, palavras finais.

SR. RODRIGO SARTORI FANTINEL: Senhores, no que compete à Secretaria da Fazenda, de novo, a gente fica sempre à disposição; e os números, a gente prima pela transparência, a transparência está colocada lá no nosso

planejamento estratégico, então nunca trarei aqui para a Câmara um número que a gente não possa explicar. Fico à disposição para isso.

Em relação ao projeto de incentivos fiscais, Ver. Tiago, acho que é importante esclarecer. O primeiro projeto, em que nós estávamos dando a remissão de duas parcelas de IPTU, foi pensado, e o prefeito Melo disse isto para toda a base do governo: nos dois primeiros meses, nós estamos dando remissão, porque a gente não tem tempo para parar e fazer um projeto mais consistente; então nós precisamos de 60 dias para apresentar um projeto mais consistente – isso foi dito aqui no dia da votação, eu falei com todos os empreendedores que estavam ali que nós faríamos isso, agora de novo a gente chamou todos os empreendedores e reiterou essa fala, então assim, em nenhum momento o projeto que veio para cá no primeiro momento era o projeto definitivo, nós faríamos um novo projeto como fizemos e estamos entregando agora. Então assim, era um compromisso que nós já tínhamos anteriormente e estamos fazendo de novo. Eu discordo do senhor, assim como senhor tem críticas, não tem nenhuma relação com as emendas do partido Novo e não foi por causa do partido Novo que está havendo novo projeto. O projeto está vindo porque já era um compromisso nosso de fazer um projeto mais consistente que tivesse vigência até o final do ano, porque o nosso entendimento é esse enquanto a gente administra a cidade – o nosso mandato vai até o final do ano –, nós temos condições de tomar decisão. Se o prefeito for reeleito ou se outro prefeito for eleito ele pega em janeiro e toma a decisão dali para frente porque aí é uma receita que compete a ele e não compete a nós decidirmos. Então nesse momento eu acho que, como o senhor disse, infelizmente é o que é possível fazer. Obviamente a gente desejaria fazer muito mais, a gente não tem capacidade financeira de fazer muito mais, o poder de fogo da Prefeitura é muito menor do que o poder de fogo da União, então é o que é possível fazer nesse momento. Obviamente, se as coisas efetivamente saírem do papel, se a União nos ajudar, se os nossos processos de compensação previdenciária forem analisados prioritariamente, enfim, todas as demandas que eu trouxe aqui forem atendidas, ou parte delas, muda o cenário, aí a gente pode avaliar outras

situações. Mas com o cenário atual, o que se pode fazer é isso. E de novo, Ferronato, para mim é sempre uma satisfação, e acho que é uma obrigação vir aqui conversar com os senhores e trazer todos os esclarecimentos que forem necessários. Muito obrigado pelo convite.

PRESIDENTE AIRTO FERRONATO (PSB): Nós aqui da comissão que agradecemos a presença de vocês pela bela exposição que tivemos, necessária para nós enquanto vereadores acompanharmos mais atentamente às questões da evolução das finanças aqui do Município. Registrar também, já falamos aqui que foi o nosso secretário que pediu para cancelar, suspender a reunião que tinha semana passada que seria à distância para fazermos essa reunião presencial, que foi muito boa mesmo, foi ótimo, interessante para nós essa movimentação toda. E por último, meu secretário, sem avaliar críticas aqui feitas, isso é uma questão que todos nós acompanhamos, e vem de décadas: a União com os seus 5 trilhões de receita pública lá, e o Município com R\$ 11 bilhões que só representa 0,21 % da receita pública, já se disse aqui, o Bosco acho que falou que na verdade a grande parcela dos recursos vão a Brasília. Eu entendo que a União, obrigatoriamente, necessariamente, por dever de federação brasileira precisa aportar recursos aqui para Porto Alegre. Portanto a Câmara está atenta e vamos trabalhar juntos no sentido de compreender a importância desta presença da União para suportar tudo que aconteceu. Um abraço a vocês e obrigado pela presença do pessoal da fazenda, da Câmara, os vereadores, servidores da Câmara e todos que estão conosco nessa manhã.

(Encerra-se a reunião às 11h22min.)